

Só perdão pode solucionar dívida

Economistas da UnB divergem, mas acham que única saída seria esta

CLEIDE CASTRO
Colaboradora

O perdão da dívida externa pode se transformar na única solução para o problema da crise brasileira. Esta é a opinião dos economistas. Dércio Munhoz e Lauro Campos, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) que, no entanto, divergem sobre o encaminhamento da discussão sobre a crise que atinge a economia do País.

Para Munhoz, "a crise é uma crise de pagamentos e se houvesse compreensão internacional não haveria problema". O que significa, no seu ponto de vista, que a crise é decorrente de um problema de conversibilidade cambial, que pode ser equacionado a partir da abertura do mercado internacional para as exportações brasileiras. "Tem que haver comércio, mas os credores não têm compreensão para isto ou querem submeter politicamente o País", afirmou.

Na avaliação de Lauro Campos, "a crise já se completou interna e internacionalmente e, na forma de capitalismo, não há mais solução". Segundo ele, a crise chegou aos mecanismos de dinamização da economia indicados e já implementados na história econômica mundial. Isto quer dizer que as alternativas propostas para contrapor à crise não mais podem ser utilizadas para a solução dos problemas. "Os instrumentos de combate entraram em crise e para a crise deles ninguém sugeriu solução", acrescentou.

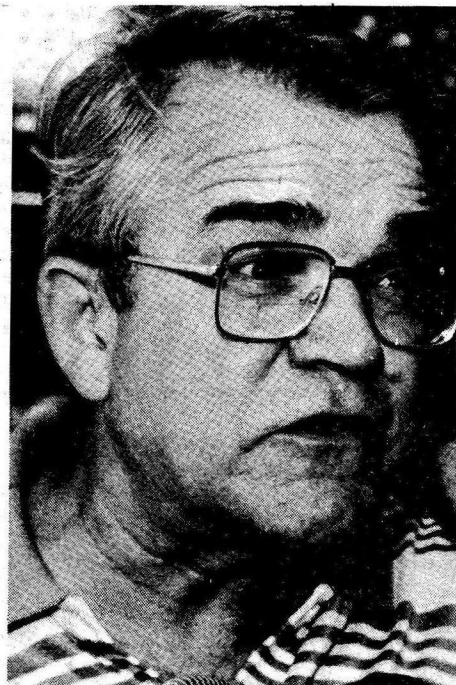
De acordo com o economista, "a crise atual é muito mais completa e muito mais complexa do que todas as outras crises, porque é a crise dos instru-

mentos que retiraram a economia do fosso no passado e que agora não têm mais este poder". Lauro Campos lembra que a crise de hoje não é como a de 1929, centrada na economia norte-americana e que, rapidamente, foi se generalizando pelas economias centradas capitalistas. Agora, explicou, é um problema que envolve toda a economia mundial. "A crise do centro atua sobre a nossa crise e a nossa crise reage sobre a crise cêntrica", afirmou.

O cancelamento da dívida externa, conforme estes economistas, é uma hipótese que, a exemplo do que ocorreu depois da Primeira Guerra Mundial, pode ser a saída para países como o Brasil. Isto só não seria necessário, conforme Dércio Munhoz, se os credores permitissem que o País aumentasse as suas exportações. Mas, se o perdão da dívida seria uma solução para endividados, do lado dos credores pode significar a falência dos grandes bancos, lembra Lauro Campos. Isto, porque o Brasil chegou a ter uma dívida correspondente a 46 por cento do capital total dos nove maiores bancos norte-americanos.

Ao fazer um retrospecto das grandes crises da história econômica mundial, Campos explica que a crise mais violenta do século passado foi a que ocorreu na Europa em 1870 e, especificamente, na Inglaterra em 1873. Foi uma crise de superprodução, onde o capitalismo começou a desenvolver mecanismos para evitar esta superprodução. Nesta época surgiram os cartéis, leis antitrustes, entre outros instrumentos.

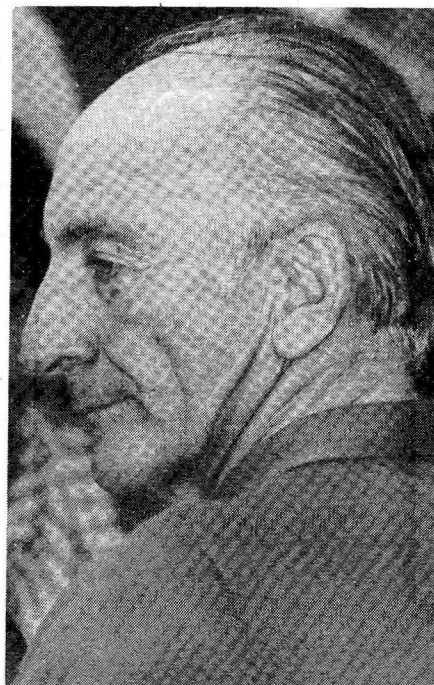
Mas as crises, conforme o economista, começaram por volta de 1810 e 1815, na



Para Munhoz, exportação é a saída. Lauro Campos não vê solução no capitalismo

Inglaterra, que era o centro de desenvolvimento maior do capitalismo. Somente em 1857 é que elas começaram a se desenvolver nos Estados Unidos, mas a Inglaterra continuou sendo o centro gerador das crises mundiais. Em 1913 ocorreu a crise das ferrovias, que teve início em 1840. Foi quando o déficit das ferrovias atingiu 1 bilhão e 120 milhões de francos. Em 1907, por exemplo, faliu o segundo maior banco dos Estados Unidos, por causa da crise ferroviária, e foi criado o Federal Reserve (o banco central norte-americano), para proteger os bancos particulares, impedindo a sua falência.

Em 1913 ameaça-se uma crise e a guerra a disfarça. Ao invés de produzir aço e componentes para as ferro-



vias, como no passado, começa-se a produzir tanques e canhões, tendo em vista uma certa manutenção dos níveis de emprego e de produções. Era a chamada economia de guerra, onde o poder público faz investimentos bélicos, para garantir o funcionamento da economia.

Na década de 20 os Estados Unidos experimentaram um crescimento fantástico no seu processo industrial, que desenvolveu numa crise de superprodução de bens de consumo, em 1929, com a explosão da bolsa de ações. O que aconteceu foi que, as ações desvalorizaram-se e os bancos ficaram com o prejuízo. Em 1932 chegou a cinco mil o número de bancos que faliram em decorrência da crise. Com o desemprego e a classe média

empobrecida, o governo passa a ser o grande investidor, fazendo crescer a dívida pública. Em 1936, por exemplo, a economia americana se aprofunda na crise e o governo investe em defesa e aumenta o seu quadro de funcionários.

O resultado foi que a pressão inflacionária subiu, o governo teve que emitir papéis para retirar de circulação o dinheiro que ele próprio precisava injetar na economia. A dívida pública também aumentou chegando a 120 por cento do Produto Nacional Bruto e o governo já não podia ser o grande comprador. Isto ocorreu num momento em que "muita gente achava que não haveria mais crise no mundo", disse Lauro Campos.

Se havia excesso de produção e de acumulação, o

governo produzia produtos bélicos e espaciais; se havia insuficiência de demanda o governo tinha condição de produzir meios de pagamentos, papel moeda inconvertível.

Para o economista, agora a crise é mais completa. De início, era uma crise pequena por volta de 1810, quando a Inglaterra só produzia bens de consumo, quase que somente tecidos de forma industrial. Depois de 1820 é que o país começou a produzir máquinas e tecidos; em 1814 já é uma crise mais complexa, porque é uma crise também do setor de máquinas; em seguida, 1857, vem a crise dos transportes ferroviários; e, finalmente, é a crise do próprio governo, que vinha dinamizando a economia.

Em vista disto, a crise foi se desenvolvendo interna e internacionalmente e reproduzindo, em países como o Brasil, os mesmos problemas que as economias cêntricas já tinham experimentado. Inicialmente, o País passa por um período de euforia, o parque industrial se desenvolve e a produção é diversificada. Em 1964 vem a concentração de renda, ocorre uma crise que tem como finalidade o aumento do poder de consumo das classes mais altas. Com isto, a economia do Brasil ganha certo impulso e entra numa fase de prosperidade que vai de 1968 a 1973, quando se configura o chamado milagre econômico, com o Governo sendo o responsável pela maior parte dos investimentos.

Mas este crescimento foi apoiado no endividamento externo e os problemas começam a surgir a partir de 1973, quando as taxas de juros passam a ser flutuantes, e explode o choque do petróleo.